

**ILMO. (A) SR. (A) PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB/CAMPUS CAJAZEIRAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23324.000830.2025-46**

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Acima referenciado, com fundamento no item 12 e seguintes do Edital, sem prejuízo dos demais dispositivos aplicáveis, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Estabelece o item 12.1 do Edital que as impugnações deverão ser encaminhadas ao responsável pela condução da licitação até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Conforme se verifica da análise do edital, a abertura da sessão pública dar-se-á no dia 04 de junho de 2025, às 09h00min, razão pela qual a presente impugnação se mostra tempestiva. Assim,

presentes os requisitos de admissibilidade da impugnação, serão expostos os argumentos fáticos e jurídicos a amparar a presente peça impugnatória.

II. BREVE SÍNTESE FÁTICA

A empresa ZÊLO manifesta seu interesse em participar do Pregão Eletrônico acima mencionado, porém, durante a análise minuciosa do edital, foram identificados dispositivos que carecem de ajustes para assegurar a conformidade com a legislação aplicável e garantir a transparência e eficiência do certame, conforme se discorrerá a seguir.

III. DO MÉRITO

III.1 AUSÊNCIA DE DADOS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

O item 7.10 do edital estabelece que propostas com valores inferiores a 50% do orçamento estimado serão consideradas inexequíveis, conforme previsto na Lei Nº 14.133/2021. Essa disposição está, em princípio, alinhada com os critérios legais de exequibilidade, cuja finalidade é assegurar a contratação de propostas viáveis técnica e economicamente.

Contudo, verifica-se que o edital em questão não disponibiliza informações essenciais para a adequada formulação das propostas, tais como os custos detalhados de uniformes, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução contratual. Essa omissão inviabiliza a análise objetiva da viabilidade econômica das propostas e impede que os licitantes possam comparar seus custos com os parâmetros utilizados na estimativa oficial.

Vejamos:

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Anual					
Item	Peça	Descrição	Quantidade Anual	Preço Unitário	Preço Total
1	Vara Telescópica	Cabo Telescópico – 8 metros, fabricado em dois tubos corrugados de alumínio, com tamanho ajustável conforme necessidade.	1		R\$ -
2	Aspirador de Piscina	Aspirador plástico de fundo MEIA LUA com escova de nylon para sucção da sujeira presente no fundo da piscina. Para piscina de Alvenaria Tamanho: 25 cm	1		R\$ -
3	Medidor de PH	KIT TESTE PARA MEDIR PH E CLORO Kit para analisar diariamente o pH e o residual de cloro na água da piscina. Escala de cores perfeitas que resulta em uma análise rápida, precisa e confiável dos parâmetros de cloro livre e pH.	1		R\$ -
4	Mangueira	Mangueira Flutuante, 25 metros, fabricada em EVA flexível transparente, reforçada com espiral de PP (Polipropileno) rígido, para limpeza de piscinas.	2		R\$ -
Preço Total Anual					R\$ -
Preço Total/12					R\$ -
Valor Mensal Total dos materiais					R\$ -

Figura 1: Planilha dos materiais anuais do Piscineiro

A ausência de planilha de custos completa e detalhada compromete diretamente os princípios da transparência, isonomia e competitividade, previstos no art. 5º da Lei Nº 14.133/2021. Sem esses elementos, os licitantes não dispõem de informações suficientes para apresentar propostas seguras e compatíveis com as exigências do edital, o que pode resultar em desequilíbrio competitivo e eventual desclassificação indevida de propostas legítimas.

Além disso, a jurisprudência e os órgãos de controle, como o TCU, têm reiteradamente reconhecido que a planilha de composição de custos é instrumento indispensável para garantir a lisura do certame, uma vez que permite o adequado exame da razoabilidade dos preços e da exequibilidade das propostas apresentadas.

Neste sentido, requer-se a retificação do edital, com a inclusão da planilha orçamentária completa, contendo a discriminação dos itens de custo estimado pela Administração, de modo a assegurar o pleno exercício da competitividade e a legalidade do procedimento licitatório.

III.2 EXIGÊNCIA INDEVIDA DE GARANTIA CONTRATUAL MÁXIMA

O item 4.3 do Termo de Referência estabelece a exigência de prestação de garantia contratual no percentual de 10% sobre o valor anual do contrato.

Garantia da contratação

4.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor **anual** da contratação.

No entanto, tal exigência não vem acompanhada da devida justificativa técnica, conforme impõe o art. 98 da Lei Nº 14.133/2021, que condiciona a fixação de garantias ao atendimento dos critérios de necessidade e adequação, com base em avaliação fundamentada da Administração.

LEI Nº 14.133/2021

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Parágrafo único. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput deste artigo.

A simples menção à existência de adicional de periculosidade, conforme observado no edital, não constitui motivação suficiente para embasar a imposição do percentual máximo permitido em lei. Trata-se de elemento previsível e ordinário no contexto do objeto contratual, já contemplado na composição de custos das propostas. A presença de tal encargo não implica, por si só, risco elevado à execução do contrato que justifique a adoção de garantia tão gravosa.

A ausência de motivação técnica configura violação aos princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade. Conforme dispõe o dispositivo mencionado, os atos administrativos que impõem restrições a direitos dos administrados devem ser devidamente motivados, demonstrando-se, de forma clara e objetiva, a correlação entre a medida imposta e o fim público visado.

Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem reiterado que a imposição de garantias contratuais deve estar amparada em análise específica dos riscos contratuais envolvidos, e não em justificativas genéricas ou padronizadas, sob pena de desvirtuamento da finalidade da exigência e comprometimento da competitividade do certame.

Nesse contexto, a manutenção da exigência de garantia no patamar máximo legal, sem justificativa técnica consistente, pode restringir indevidamente a participação de licitantes, sobretudo micro e pequenas empresas, em afronta ao princípio da competitividade e à isonomia entre os participantes.

Diante do exposto, requer-se a revisão do item 4.3 do Termo de Referência, com a adequação do percentual da garantia contratual ao risco real do objeto licitado, ou, alternativamente, a apresentação de análise técnica detalhada que fundamente a exigência no patamar de 10%, em conformidade com o disposto no art. 98 da Lei Nº 14.133/2021.

III.3 AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE SEGURO DE VIDA NA PLANILHA DE CUSTOS;

Verifica-se que a planilha de custos que acompanha o edital omite a previsão do seguro de vida obrigatório, conforme expressamente exigido na Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria profissional envolvida na execução do objeto contratual.

Tal norma coletiva impõe à empresa contratada a obrigação de oferecer seguro de vida aos seus empregados, com cobertura mínima de R\$ 15.000,00 por ocorrência, incluindo morte natural, acidental e invalidez permanente.

A ausência desse item compromete de forma significativa a fidedignidade da estimativa de custos apresentada pela Administração, na medida em que desconsidera um encargo real, certo e obrigatório, decorrente de norma trabalhista aplicável ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO SEGURO DE VIDA

As empresas farão, em favor de seu empregado seguro de vida anual com coberturas de morte natural, morte acidental e invalidez por acidente, cada cobertura no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), exceto suicídio, independentemente do local ocorrido, devendo ser descontado do salário do funcionário 50% (cinquenta por cento) do valor da parcela do seguro, respeitando-se o limite máximo de desconto de R\$ 5,00 (cinco reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica convencionado ao empregado em aceitar ou não o Seguro de Vida, devendo este, caso não queira gozar do benefício, manifestar-se por escrito, através de documento formal devidamente assinado pelo trabalhador, até 10 (dez) dias úteis após homologação da presente Convenção Coletiva de Trabalho. Nos casos em que o trabalhador decida por não aceitar os benefícios oriundos garantidos pelo Seguro de Vida em Grupo, a empresa fica sem responsabilidades indenizatórias ao empregado ou seus dependentes e herdeiros nos casos de acidentes de qualquer natureza onde o trabalhador fique impossibilitado de trabalhar permanente ou temporariamente, bem como, em casos de óbito do mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para obtenção do benefício, os herdeiros do falecido (em caso de morte), ou o próprio funcionário (em caso de invalidez permanente), deverá solicitar da empresa cópia da Apólice e diligenciar diretamente perante a companhia Seguradora, para realizar a regulação do sinistro.

Essa omissão gera impacto direto na formulação das propostas pelos licitantes, que não dispõem de parâmetros adequados para compor esse custo obrigatório em suas respectivas planilhas, podendo incorrer, inadvertidamente, em lances inexequíveis ou, alternativamente, apresentar preços mais elevados por precaução, em prejuízo da competitividade.

Nos termos do art. 92 da Lei Nº 14.133/2021, os custos decorrentes das obrigações trabalhistas, inclusive aquelas previstas em acordos ou convenções coletivas, devem estar expressamente previstos na estimativa de preços, como condição para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo de sua execução. A omissão da previsão do seguro de vida não apenas viola essa disposição legal, como também compromete os princípios da legalidade, da transparência, do planejamento e da vinculação ao instrumento convocatório.

Importa destacar que o seguro de vida obrigatório constitui parcela indenizatória que integra o custo do serviço, sendo, portanto, despesa inerente e indissociável da execução contratual. Sua ausência na planilha da Administração configura falha material na fase de planejamento da contratação, passível de causar prejuízo tanto à Administração quanto aos futuros contratados, com risco de pedidos de reequilíbrio contratual ou judicialização da relação contratual.

Diante do exposto, requer-se a imediata retificação da planilha de custos estimados, com a devida inclusão do item referente ao seguro de vida obrigatório, nos moldes da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, sob pena de comprometimento da legalidade e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 92 da Lei Nº 14.133/2021.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se que a autoridade competente:

A. Conheça e acolha a presente impugnação ao edital, reconhecendo as falhas e omissões apontadas;

B. Proceda à retificação do edital e seus anexos, com a correção das inconsistências mencionadas, especialmente quanto à inclusão dos dados e informações essenciais para a adequada formulação das propostas;

Ademais, requeremos o adiamento deste Pregão Eletrônico até que o edital seja publicado com as alterações solicitadas.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Atenciosamente,